A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO DE GÊNERO NO BRASIL

CATIA ALVES DE SENNE

RESUMO

Esse trabalho pretende contribuir para o entendimento de quais foram os reflexos da ascensão da extrema direita ao poder para desvalorizar e deslegitimar os estudos de gênero nas escolas e universidades. Para isso faremos uma revisão bibliográfica em artigos e livros publicados recentemente sobre a temática. Após uma breve discussão sobre a ascensão da extrema direita no mundo e como isso se refletiu no Brasil, destacamos a peculiaridade de nosso contexto histórico, com sua democracia recente e pouco consolidada. Em seguida, discutimos especificamente sobre o espaço ocupado pela temática de gênero no Brasil, procurando compreender o que é "ideologia de gênero", como surgiu e seus impactos nas políticas educacionais brasileiras nos últimos anos. Por fim, buscamos compreender de que forma a ascensão da extrema direita e a erosão do processo democrático no Brasil nos últimos anos se relaciona com o ataque às políticas de gênero e educacionais, que resultou no cerceamento e perseguição aos professores, mudou os avanços que vinham ocorrendo no reconhecimento de direitos de mulheres e da população LGBTQIAPN+ e modificou os currículos da educação básica, retirando o espaço para a discussão sobre gênero. Concluímos que a ascensão da extrema direita no Brasil e a consequente ameaça às instituições e valores democráticos tem como um de seus pressupostos básicos o ataque ao campo de estudos sobre gênero e o não reconhecimento dos direitos sociais de minorias, evidenciando o racismo, a misoginia, a homofobia presentes nesse movimento. Tivemos como consequência um retrocesso nas políticas públicas educacionais e de gênero, assim como um retrocesso em nossa democracia como um todo.

PALAVRAS CHAVE: ideologia de gênero; extrema-direita, democracia, educação

1. Introdução

Em julho de 2023, Eduardo Bolsonaro, atual deputado federal e filho do ex-presidente da República Jair Bolsonaro, em um evento a favor do porte de armas no Brasil, comparou os professores a traficantes e sequestradores, pois estes exerceriam uma doutrinação em salas de aula que teriam efeitos no processo educativo das crianças tão grave como o exercido por criminosos socialmente. Defendeu que os professores deveriam ser supervisionados pelos pais e pela sociedade e que estão sendo subestimados em sua função, já que os efeitos de seu trabalho estariam corrompendo os valores da família tradicional, que uma vez destruídos, causariam um verdadeiro caos social. No caso em questão, os valores se referem aos defendidos pela família cristã conservadora, heteronormativa, tendo o pai como figura central de autoridade, o que organizaria todo o tecido social, em que o diferente é discriminado e repelido. À primeira vista, essa notícia poderia parecer que foi retirada de um livro distópico ou que se trata de conspiração de gente muito maluca. Entretanto, esse tema é realidade e pauta grande parte do debate público atualmente, causando grandes estragos no processo de diminuição das desigualdades e respeito às minorias, assim como ameaça a democracia em um país já tão mitigado por diversos problemas sociais2.

Essa notícia nos leva a pensar sobre algumas questões: o que aconteceu para que chegássemos ao ponto de um político desmerecer totalmente o papel dos professores em sala de aula com uma comparação tão grave e nada acontecesse de efetivo depois? Segundo, como um político pode levantar questões tão sérias e violentas como a defesa do porte de armas para a população e atacar os professores, descredibilizando seu papel social e mesmo assim possuir um apoio popular e político que o mantenha no cargo? Afinal de contas, o que aconteceu com nosso sistema político e nossas instituições democráticas para que chegássemos a esse ponto?

A fala do deputado reflete as consequências

de um processo político e social complexo que estamos vivendo no Brasil há alguns anos, que levou ao poder um representante da extrema direita. Jair Bolsonaro governou por quatro anos e desestruturou nosso sistema democrático e abalou nossas instituições políticas. Esse processo, entretanto, não é exclusividade do Brasil,
vem ocorrendo em vários países do mundo e coloca em questão o descrédito das pessoas quanto ao sistema democrático e suas instituições políticas, oferecendo espaço para que pautas conservadoras e soluções fáceis ganhem espaço.
A educação foi uma das áreas que mais sofreu reveses, pois se trata de um dos focos preferidos das pautas conservadoras. Jair Bolsonaro, logo no início de seu discurso de posse, em 1 de janeiro de 2019, destacou dentre seus objetivos: "Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores"3. Nessa fala o discurso é claro, a educação a ser defendida é a baseada em valores cristãos. Assim, temos como consequência uma visão de mundo que está alicerçada na diminuição e no não reconhecimento dos direitos sociais de minorias como homossexuais, mulheres, dentre outros. Importante destacarmos o propósito que aparece nos objetivos principais de seu projeto de nação, qual seja, o combate à "ideologia de gênero", termo criado pelos conservadores para indicar a tendência de subversão dos arranjos familiares tradicionais, alienar a sociedade e perverter a diferenciação biológica que existe entre homens e mulheres (SCHIBELINSKI, 2020, p. 19).
Esse trabalho pretende contribuir para o entendimento de alguns reflexos importantes da ascensão da extrema direita ao poder para desvalorizar e deslegitimar os estudos de gênero nas escolas e universidades, assim como contribuir para um retrocesso catastrófico no campo dos direitos sociais de mulheres e população LGBTQIA+ e quais seriam os caminhos a percorrer depois de sua saída do poder. Para isso faremos uma revisão bibliográfica em artigos e livros publicados recentemente sobre a temática visando compreender, por meio dos estudos encontrados, de que forma a emergência de um governo de extrema direita ao poder e todo o consequente processo de aparelhamento ideológico do Estado, interferiu ou se refletiu na forma como os estudos de gênero foram ou deveriam ser abordados pela sociedade, escolas e universidades e qual o seu papel no processo de desmantelamento dos valores democráticos motivado por esses grupos extremistas.
Esse pequeno estudo nos demonstrou que a ascensão da extrema direita no Brasil e a consequente ameaça às instituições e valores democráticos têm como um de seus pressupostos básicos o ataque ao campo de estudos sobre gênero e o não reconhecimento dos direitos sociais de minorias, evidenciando o racismo, a misoginia e a homofobia presentes nesse movimento,
resultando em um retrocesso catastrófico no campo dos direitos sociais com relação ao que havíamos avançado em nosso curto período democrático, após a promulgação da Constituição de 1988. Isso se refletiu nas escolas de educação básica e universidades, com a perseguição a professores, cerceamento da pesquisa acadêmica, escolas e seus currículos. Se refletiu também no retrocesso das políticas públicas para minorias que vinham se constituindo nos últimos anos a duras penas.

2. Desenvolvimento

2.1. O colapso da democracia – a ascensão da extrema direita no mundo e no Brasil

Em 2018, Jair Bolsonaro assume a presidência do Brasil, legitimando consigo a ascensão da extrema direita ao poder. Não podemos dizer que se trata de um ideário novo em nosso país, que possui uma longa história de simpatia de alguns grupos sociais por esse tipo de discurso, chegando a ter o maior partido nazista fora da Europa na década de 19304.
A extrema direita carrega consigo um discurso baseado no ódio contra minorias étnicas, religiosas e culturais. Dentre os princípios defendidos por esse grupo destacam-se o culto aos valores conservadores, como a defesa da família tradicional formada por pai, mãe e filhos, ou seja, heteronormativa e

de dominação paterna. A violência é exaltada para resolver conflitos, há uma nostalgia quanto a um passado glorioso, com uma ordem social rígida, baseada na meritocracia e isso se refletiu, no caso brasileiro, em uma nostalgia quanto ao período militar. Destaca-se também como característica uma hipocrisia quanto aos valores morais defendidos, ou seja, uma contradição entre o que se diz e o que se faz. Nesse sentido, temos então o racismo, a xenofobia, a homofobia e a misoginia como pautas defendidas abertamente (Miguel, 2020).

A ascensão da extrema direita não é um fenômeno exclusivo do Brasil. Diversos autores se debruçaram sobre o crescente avanço de políticas conservadoras e que flertam com o autoritarismo em diversos países. Nações com tradição democrática na Europa, além dos Estados Unidos com o governo Trump, vivenciam ou vivenciaram políticas levadas a cabo por grupos ou lideranças políticas que atentam contra os valores democráticos, como a igualdade de direitos entre os cidadãos (Mounk, 2018; Stanley, 2020; Albright, 2018; Levitsky, 2018).

A questão que se coloca é: como chegamos a esse ponto de colapso de democracias aparentemente estáveis? O que está acontecendo para colocar em risco seus sistemas políticos

e suas instituições? Fato é que as democracias estão morrendo, utilizando a expressão de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (Levitsky; Ziblatt, 2018). A população não acredita mais nas instituições democráticas e na classe política para resolver os problemas sociais, o que abre espaço para que "outsiders" ocupem a cena política com promessas simples, sem efetividade prática e delírios conspiracionistas. Dessa forma, a extrema direita vem assumindo governos em diversos lugares no mundo, como Rússia, Hungria, Polônia, Índia, Turquia, Estados Unidos e, mais recentemente, Argentina e Itália.

Jason Stanley rotula esse movimento nacionalista de extrema direita como "fascista", mesmo sabendo da problemática do uso do termo e das questões advindas de generalizações, pois cada país possui um contexto específico. Entretanto, para o autor, o rótulo fascista serviria para descrever "qualquer tipo de ultranacionalismo (étnico, religioso e cultural), no qual a nação é representada na figura de um líder autoritário que fala em seu nome" (Stanley, 2020, p. 14).

A política fascista utiliza estratégias diferentes nos diferentes lugares em que atua, mas possui algo grave em comum: o ataque às minorias e a desumanização de certos segmentos da população. Trata-se de uma política com graves consequências sociais, com a normalização e institucionalização da violência e discriminação e, nos casos mais extremos, leva a genocídios e campanhas de limpeza étnica. Sua característica mais marcante é a divisão, separando a população em "nós e eles". Para isso apela para distinções sociais como raça, etnia, religião ou classe (Stanley, 2020, p. 15). O radicalismo dessa divisão social e seus efeitos vai totalmente contra as diretrizes do que é previsto em um sistema democrático. De acordo com Yascha Mounk, toda democracia deveria ter no mínimo a postos "um conjunto de mecanismos institucionais efetivos para traduzir a opinião popular em políticas públicas" (Mounk, 2018, p. 118). Os autores S. Levitsky e D. Ziblatt ressaltam que a democracia possui regras escritas ou formais e não escritas ou informais. Essas regras deveriam servir para proteger o sistema democrático. Entretanto, a ascensão da extrema direita, com destaque para Donald Trump que os autores trabalham a fundo, nos demonstra como esses políticos conseguiram subverter essas regras, chegar e permanecer no poder pelas vias e regras democráticas. As democracias estão morrendo por dentro, sem golpes militares ou tomadas violentas do poder. Essa situação é confusa para a maioria das pessoas e muitas vezes é imperceptível, agravando o processo como um todo (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 16-17).

A condução de soluções políticas dentro de um mundo globalizado reverbera e causa impactos por aqui, principalmente quando se analisa o contexto político de uma grande potência modelo para nós, como os Estados Unidos. Entretanto, nossa democracia possui características muito peculiares e requer um olhar um pouco diferenciado. O processo democrático e, por conseguinte, de construção da cidadania é complexo e histori-

camente definido e seu entendimento não deve ir em uma única direção, pois há vários fatores envolvidos, econômicos, culturais e estes se reforçam mutuamente (Carvalho, 2012, p. 8; Mounk, 2018, p. 167).

José Murilo de Carvalho faz um percurso histórico para analisar a nossa democracia que vem desde o período colonial até o fim dos anos 1990, quando o descobrimento estaria por completar 500 anos. Ver essa retrospectiva com o foco na construção da cidadania é desalentador. Se até mesmo nos países com uma democracia mais sólida e antiga, a cidadania plena seja um ideal difícil de ser alcançado, no caso brasileiro a experiência democrática foi exercida em curtos períodos de tempo, a maioria da população sempre foi excluída de direitos e possuímos a mácula da colonização e da escravidão pesando em nossas costas. Esse legado colonial nos faz compreender muito mais facilmente por que um líder que flerta com o fascismo pôde chegar ao poder e nossas instituições democráticas estão em crise. Talvez elas nunca tenham funcionado a contento.

As pessoas se aproximam de discursos conservadores quando estão vivendo situações de crise. No Brasil, a crise advinda desde as manifestações ocorridas no ano de 2013, que resultaram no impeachment da presidência de Dilma Rousseff, a crise econômica que nos abalava e o forte discurso das mídias sociais levaram a um descrédito das instituições e da classe política, abrindo espaço para discursos conservadores. Outros fatores nos levaram a essa situação: a ascensão de igrejas neopentecostais desde os anos 1990 e a chegada de seus representantes ao parlamento foi, aos poucos, mudando o tom do debate público.

Presenciamos, nos últimos anos, uma crescente polarização de visões de mundo políticas e sociais. As consequências da polarização no Brasil chegam a ser quase irreversíveis já que não temos uma democracia consolidada, o que pode ser percebido com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder, que conseguiu, em quatro anos, reverter as poucas conquistas de direitos sociais que havíamos adquirido desde a promulgação da Constituição de 1988.

2.2. O papel da "ideologia de gênero" na ofensiva contra direitos sociais

Vimos o processo que estamos vivendo globalmente de erosão de democracias consideradas estáveis e como isso tem se manifestado em alguns países, inclusive no Brasil. Discorreremos agora mais detidamente sobre a questão de gênero, que foi uma das áreas mais atacadas pela extrema direita e pelo ex-presidente da República do Brasil para combater o que ficou conhecido como "ideologia de gênero". Os grupos conservadores representados politicamente pela extrema direita utilizam várias ferramentas para atacar o discurso público e a credibilidade de instituições democráticas que abrigam vozes diferentes das minorias e seus direitos. Uma das características dessa política destacada por Stanley seria o anti-intelectualismo, caracterizado por uma desvalorização da educação e do pensamento crítico. Percebemos que, visando defender a tradição da família heteronormativa como núcleo dos valores sociais e nacionais por meio de uma única visão de mundo tida como correta, a escola teria um papel fundamental ao apresentar aos alunos modos de como devem se comportar e por difundir e garantir esses valores. Um dos locais preferidos para ataques foram e são as universidades. Nesses locais, algumas áreas de estudo são denunciadas, como os Estudos de Gênero, que se dedicam a estudar mecanismos de opressão e discriminação contra as mulheres e a comunidade LGBTQIAPN+. No Brasil, a pesquisa universitária é vista como potencial de divergências e sofreu bastante com o sucateamento e a diminuição de recursos públicos com a ascensão da extrema direita ao poder (Stanley, 2020, p. 54; Miguel, 2019, p, 184; Schibelinski, 2020, p. 20).

Stanley destaca que "como na Rússia e na Europa Ocidental, atacar os estudos de gênero é uma parte explícita do movimento de extrema direita nos Estados Unidos" (Stanley, 2020, p. 56). Isso reverberou entre nós. O ataque contra o que é produzido dentro das universidades advém do receio de que possam atentar contra os valores da nação, pois as universidades seriam locais de doutrinação marxista, de manipulação ideológica contra os valores da família. Neste contexto, o feminismo é visto de forma deturpada,

como uma forma de conspiração visando a tomada do poder.

No Brasil, a partir dos anos 2010, temos um avanço no debate público de vozes políticas com um discurso conservador mais acentuado. Esse grupo começa a ocupar cargos públicos e tem a característica de ser heterogêneo, composto por católicos, evangélicos e outros atores políticos e foi responsável por instaurar no Congresso Nacional o Movimento Escola Sem Partido (MESP), criado em 2004. Trata-se de uma iniciativa abraçada por todos os grupos de direita que acusam as escolas de realizarem uma doutrinação ideológica com os alunos e propõem medidas visando coibir e coagir o trabalho de professores em sala de aula (Miguel, 2016).

Flavia Biroli estuda o impacto dos protestos de rua contra as políticas de gênero que começaram na Europa a partir da segunda metade do século XXI, se desencadeando também para as campanhas eleitorais e nas consultas populares. Essas campanhas adquiriram caráter transnacional e visavam conter a legalização de casamento de pessoas do mesmo sexo e tevetambém como alvo a educação sexual e os Estudos de Gênero. Essas campanhas se colocaram como uma ótima oportunidade para que lideranças políticas da extrema direita instrumentalizassem o discurso de ataque à "ideologia de gênero" que discutiremos mais detidamente a seguir (Biroli, 2020, p, 155). A "ideologia de gênero" foi um termo cunhado pela extrema direita. Trata-se de uma expressão e não carrega valor conceitual como as categorias científicas "gênero" e "ideologia".

A América Latina vem passando por processos de grande instabilidade política nos últimos anos, com destaque para a segunda década do século XXI, período em que houve um recrudescimento do conservadorismo religioso e da faceta das políticas neoliberais na região. Os grupos políticos que têm assumido o poder possuem em comum um direcionamento que visa diminuir os direitos sociais, principalmente ligados ao gênero, como a sexualidade e a reprodução (Biroli, 2020, p. 7). A "ideologia de gênero" tem sido utilizada como estratégia para coibir debates e avanços de pautas visando a desigualdade de gênero e o reconhecimento de direitos sociais de minorias. Mas do que se trata esse termo, como surgiu e porque rapidamente ocupou a agenda política e social nos últimos anos de forma tão incisiva?

A campanha moral organizada contra as lutas pela igualdade de gênero e direitos sociais surgiu com a Igreja Católica. Para conseguir estruturar esse campo de ideias que ficou conhecido como "ideologia de gênero", foram empreendidos estudos superficiais na literatura feminista, que acabou resultando numa distorção, num falseamento das ideias originais propostas pelos Estudos de Gênero, que foram rebatizados como ferramenta ideológica que teria como objetivo homogeneizar a realidade. Ou seja, criou-se um termo, a "ideologia de gênero", por meio do qual a Igreja pôde deslegitimar um campo de estudos e ao mesmo tempo colocá-lo como ameaça à ordem social, estabelecendo um verdadeiro pânico moral. O pânico moral seria a ferramenta utilizada para "promover uma mobilização rápida, apaixonada e imune ao debate" (Miguel, 2020; Schibelinski, 2020, p. 21). A Igreja Católica reage nos anos 1990 a um movimento de alcance global em que pautas sobre os direitos sexuais e reprodutivos estavam sendo discutidos em diversas instâncias políticas e sociais, como agendas legislativas, midiáticas e educacionais (Schibelinski, 2020, p. 20).

Os debates sobre gênero e sexualidade no Brasil ganham relevância com a ascensão da esquerda ao poder na virada do milênio e com o reconhecimento da união de casais do mesmo sexo em 2011 pelo Supremo Tribunal Federal. A "ideologia de gênero" foi utilizada por grupos conservadores para justificar as reformas legislativas e educacionais que vinham ocorrendo no Brasil5 e sua atuação surtiu efeito, pois nos anos seguintes foram aprovados o Plano Nacional de Educação e Planos Estaduais de Educação, e estudos indicam que a palavra gênero foi retirada da maioria deles, ou sequer mencionada, ou seja, ações voltadas para o respeito à diversidade sexual e igualdade de gênero por meio da educação foram dificultadas ou inviabilizadas (Vianna, D.; Bortolini, A, 2020). Percebemos que se trata de um movimento reacionário de ataque às questões de gênero que já existia antes da chegada ao poder

de um governo de extrema direita propriamente dito, em 2019. Dessa forma, se tínhamos, até 2018, um contexto de uma discussão acirrada, com a ascensão desse grupo ao poder há um recrudescimento dos discursos de ódio e ataque às minorias, que passam a ser legitimados pelo Estado.

A pressão desses grupos conservadores fez com que a presidenta Dilma Rousseff precisasse recuar muitas vezes no embate para aprovação de medidas visando a igualdade de gênero. A aprovação do Plano Nacional de Educação em 2014 e a retirada do kit contra a homofobia, apelidado como "kit gay", ocorreram devido à pressão desses grupos conservadores (Miguel, 2020).

Em 2019, assim que toma posse, Jair Bolsonaro assumiu um discurso de tom conservador e começou a ocupar a máquina pública estatal com seus apoiadores. O retrocesso e o desmonte das políticas públicas sobre gênero e sexualidade que vinham em andamento se estenderam para outras áreas como educação e cultura. Na educação, as ações do primeiro- ministro Ricardo Vélez ficaram marcadas pela defesa do ensino domiciliar e pela intervenção nas questões que seriam aplicadas para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Esse ministro ficou apenas três meses no cargo, sendo substituído por Abraham Weintraub, importante articulador com grupos cristãos. Sua atuação foi mais incisiva visando vetar propagandas partidárias em salas de aula e coibir o trabalho docente. Para isso, criou um canal de denúncias para que as famílias se manifestassem em caso de transmissão de conteúdos que atentassem contra a "moral, a religião e a ética da família nas escolas brasileiras". Houve também uma aproximação com setores privados de educação no país. Percebemos aqui claramente sendo colocadas em prática uma visão de mundo por meio de políticas públicas educacionais que atentam contra os principais valores democráticos, quais sejam, a liberdade

de crença, a liberdade de cátedra dos professores, a garantia a receber uma educação de qualidade que forme cidadãos críticos e que coloque os estudantes como sujeitos de direitos a conhecer o mundo e não ficar limitados a uma única visão de mundo defendida pela família (Biroli, 2020, p. 111).

O discurso empregado era o de que a "ideologia de gênero" ameaçaria a sociedade e seu núcleo, a família, principalmente por meio da educação, em particular a educação sexual nas escolas. Esse conteúdo deveria ser definido pela família, tendo o Estado apenas como subsidiário. O termo desencadearia pânicos morais que despertam emoções, como medo e ansiedade generalizadas e a sexualidade assume uma centralidade peculiar que coloca em risco a ordem social (Miguel, 2020).

Percebemos com esse breve percurso algumas ações que foram empreendidas nos últimos anos e que, de alguma forma, impactaram a condução das políticas públicas sobre gênero e sobre a educação em nosso país, demonstrando um retrocesso social no reconhecimento de direitos sociais que estavam em andamento. Isso foi feito se instituindo uma desvalorização e perseguição aos professores/as e à pesquisa acadêmica, assim como inserindo no debate público pautas conservadoras caracterizadas por uma única visão de mundo que deveria ser utilizada nas escolas e seus currículos, baseada na tradição cristã de família heteronormativa, autoritária e violenta. Essas ações continuaram até o final do governo bolsonarista e agora estão sendo novamente discutidas a duras penas, embora ainda sofram com um Congresso extremamente conservador para isso.

A ascensão de um grupo de extrema direita ao poder é parte de um processo social complexo de mudanças e embates quanto a maneiras de ver o mundo, descrédito quanto às instituições políticas e quanto à classe política. Além de mudanças na condução das políticas econômicas globais. A relação entre esses campos vem sendo estudada pela literatura científica recente e nos demonstra a complexidade que se coloca para o entendimento do fenômeno, mas também nos demonstra possíveis entendimentos e caminhos a seguir. Faremos agora uma análise da relação entre o processo de erosão das democracias e a importância da pauta anti gênero para compreensão desse fenômeno.

2.3. A relação entre o processo de erosão das democracias e a luta anti gênero

Vimos até aqui que a pauta anti-gênero está incluída no processo de erosão das democracias que estamos vivendo nos últimos anos em alguns lugares no mundo e

especialmente no Brasil. E que as democracias nos países ricos começaram a entrar em crise quando problemas econômicos surgiram e as soluções políticas encontradas não deram conta de garantir os anseios da população. Essa situação favoreceu com que discursos autoritários, que buscam soluções fáceis e culpados pelos problemas ganhassem espaço, como os discursos de ódio e discriminatórios, que flertam com o fascismo. Os principais alvos foram os direitos de minorias sociais, étnicas, de mulheres e comunidade LGBTQIAPN+.

Flavia Biroli ressalta que a pauta anti gênero não somente está incluída no processo de erosão das democracias, processo que vem sendo definido como "desdemocratização", mas que é comum a todos eles e se coloca como característica central desse processo. Nesse sentido, a pauta anti gênero contribui para o processo de erosão das democracias quando valores fundamentais como a "pluralidade, laicidade, proteção a minorias, direito à livre expressão e à oposição" são negligenciados e servem de arcabouço para que lideranças autoritárias, outsiders da política, legitimem o preconceito e a discriminação como base do processo político (Biroli, 2020, p. 137). Outsiders são pessoas que possuem sucesso eleitoral ao construir suas carreiras fora dos partidos políticos tradicionais, com um discurso antissistêmico e que geralmente não possuem experiência na vida política. Quando o direito de minorias é atacado, colocado como um problema a ser combatido, como a agenda de igualdade de gênero por governos, e viram o arcabouço ideológico de Estado, percebe-se que o que está em risco não é somente a agenda de igualdade de gênero e sim os alicerces da democracia e da cidadania (Biroli, 2020).

Vimos que esse processo ocorre em escala global e tem reflexos e características diferentes no espaço onde atua. No Brasil, a ascensão da extrema direita com o Presidente Jair Bolsonaro em 2019, por meio de eleições diretas, nos coloca a complexidade desse fenômeno social e político, já que por aqui temos características muito distintas dos países ricos, como a extrema desigualdade social. A democracia e, consequentemente, nossa cidadania entraram em uma crise profunda, nos mostrando seus limites e contradições.

No Brasil, esse quadro se complexifica um pouco quando notamos nossas heranças sociais, políticas e econômicas. Possuímos um passado colonial que resultou em uma sociedade extremamente desigual, racista, elitista, misógina, ou seja, no Brasil nossa cidadania nunca foi plena. Isso por sua vez moldou, ao longo dos ciclos políticos e econômicos, um Estado com instituições fragilizadas quanto a um compromisso com valores democráticos.

No contexto de ascensão da extrema direita ao poder no Brasil percebemos que essas complexidades se agudizaram. A luta pela igualdade de gênero sempre foi controversa em diversas partes do mundo, entretanto, nos locais onde há uma tradição religiosa e cultural enraizada, como por aqui, foi um desafio maior pautar direitos sociais e espaços de poder. Flavia Biroli nos diz quanto a isso que a centralidade das questões de gênero que se estabeleceram na agenda política advém das chamadas "guerras culturais", da participação na política de atores religiosos conservadores, das dinâmicas do capitalismo neoliberal que estabelecem uma moralidade baseada na erosão do público e no fortalecimento de novas racionalidades (Biroli, 2020, p. 147).

O neoconservadorismo atuaria de modo a pautar seus valores morais na disputa política, utilizando o Estado como espaço de regulação da vida das pessoas. Assim, qualquer ação que supostamente coloque em risco seus valores, como a família heteronormativa, é combatida, já que a família é a base da reprodução social (Birolli, 2020, p. 149). A proposta da luta contra a chamada "ideologia de gênero" se enquadra nesse sentido, pois entende os direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIAPN+ como um risco e o

feminismo como uma cartilha que visa destruir a estrutura social, que é a base da visão de mundo desses grupos. A atuação desses grupos tem como efeito, portanto, combater direitos fundamentais a grupos historicamente alijados da experiência da cidadania. O resultado é que a cidadania proposta é restrita e nossas bases democráticas, incipientes, vão sendo corroídas. Discursos homofóbicos, misóginos, racistas e classistas são naturalizados (Biroli, 2020, p. 176).

A educação e o ambiente escolar foram os locais onde esses processos se tornaram mais evidentes. A família foi colocada como o centro convergente de valores sociais e da educação, as escolas passaram a ser vigiadas e os professores criticados por sua atuação na criação de um espaço crítico para a formação de cidadãos. Legislações foram propostas e aprovadas visando restringir a discussão de gênero nas escolas e o combate ao preconceito e a discriminação. As universidades sofreram com o sucateamento de verbas e a descredibilidade junto à população quanto um espaço de produção de saber e debate de ideias, e passou a ser vista como local de bagunça e de transgressão de valores sociais.

Interessante notar o paradoxo destacado por Flávia Biroli, de que os atores políticos neoconservadores ingressaram na vida pública por canais democráticos, mas sua atuação discriminatória e de combate ao pluralismo contribui para a erosão das democracias no mundo atual (Biroli, 2020, p. 10). A ascensão da extrema direita ao poder, ao reforçar tendências autoritárias e combater direitos fundamentais adquiridos a duras penas, colocam em xeque os

valores democráticos e as bases para uma cidadania mais plural e inclusiva. No Brasil, esse processo não deixa de ser contraditório, complexo e ao mesmo tempo evidente das limitações de nossas instituições políticas, da fragilidade de nossa democracia, resultado de nossa extrema desigualdade social.

Considerações finais

O Brasil é um país que possui um histórico de desigualdade social e de gênero como fio estruturante de sua constituição social. A luta das mulheres por igualdade de direitos e respeito é reflexo desse processo, sendo assim, é importante reconhecer essa luta e identificar os avanços e retrocessos de sua trajetória como forma de fortalecer os direitos já adquiridos e garantir os que ainda nos faltam. Assim, a educação é a base para que esse processo de luta de reconhecimento de direitos e de respeito à diversidade sexual ocorra. Essa é a principal reflexão que tivemos ao longo da elaboração desse trabalho, que nos auxiliou a colocar luz sobre esse processo complexo que estamos vivenciando de propagação de discursos de ódio, discriminação e ataque a direitos sociais adquiridos.

Embora o cenário seja desolador, gostaríamos de fazer algumas considerações finais, a partir do estudo dos trabalhos citados, que nos dão algumas soluções e estratégias para identificar um político fascista e o que fazer para evitar que ele chegue ao poder, ou identificar quando as instituições democráticas estão em risco.

Yascha Mounk nos diz que a melhor maneira de defender a democracia liberal é a educação cívica, ensinar as crianças seriamente a exercer sua cidadania, para que compreendam como o sistema funciona e possam detectar as injustiças assim como as suas conquistas (Mounk, 2018, p. 289 e 297).

José Murilo de Carvalho também destaca o papel da educação para a construção da cidadania. Em seu livro publicado nos anos 2000, Carvalho não trata dos acontecimentos dos últimos anos que levaram a um descrédito nas instituições democráticas brasileiras. Mesmo assim, fez uma previsão baseada nos dados de nossa história política até esse período e pôde identificar que a curta experiência da democracia no Brasil, aliada ao nosso contexto de extrema desigualdade social, levaria a população a buscar soluções rápidas por meio de líderes carismáticos e messiânicos (Carvalho, 2012, p. 221). A história e suas ironias!

Não podemos normalizar as políticas da extrema direita, suas ideias e ações. Quando elas surgem tendemos a nos surpreender. Conforme o tempo vai passando, tendemos

a normalizar absurdos. Não podemos perder nosso senso crítico e nossa esperança de que há alternativas. Stanley destaca que falar de fascismo pode ser visto como uma reação exagerada, mas isso serve para que não normalizemos o mito fascista porque ele é real e nos ameaça (Stanley, 2020, p. 179 e 181). No Brasil, ainda convivemos com ele e uma das maneiras de lidarmos com sua força é pela união, pelo respeito à diversidade. A educação é o caminho e se trata de um direito social que para ser garantido plenamente necessita da defesa de um ambiente escolar democrático e de respeito ao diferente.

Gostaríamos de destacar a importância da educação na formação de cidadãos críticos e ativos. Nesse sentido, o estudo de gênero nas escolas é imprescindível, pois reforça a diversidade, o respeito aos direitos humanos, em especial os direitos sexuais e reprodutivos. Destacamos também a importância dos debates dentro das universidades e com o público em geral, já que isso auxiliaria na inclusão do assunto nas pautas educacionais e no fortalecimento de direitos sociais. Importante também estabelecer interlocução com escolas, secretarias municipais e estaduais de educação e com movimentos sociais e estudantis, pois esse intercâmbio favorece a pluralidade de ideias e visões de mundo, assim como o respeito às minorias, mulheres e comunidade LGBTQIAPN+.

Destacamos também a importância da valorização do professor e de seu papel na formação cidadã. Assim como o papel da escola como lócus de embates e debates, de conscientização dos direitos humanos, no reconhecimento de sistemas de opressão: o estudo das questões de gênero serve a esse propósito. Quando se remove o termo gênero dos planos nacionais e estaduais de educação, quando se coíbe o professor e as escolas de tratarem do assunto, há a manutenção das desigualdades e perpetuação da estrutura da sociedade patriarcal (Viana; Bortolini, 2020; Schibelinski, 2020).

Por fim, destacamos a contribuição novamente de Luís Felipe Miguel que reflete que a política de governo de Jair Bolsonaro, ao atacar a pluralidade de ideias, o respeito à diversidade e o combate à igualdade de gênero passa por duas negações. A primeira se refere ao caráter republicano e democrático da instituição escolar e a segunda negação passa pela negação do estatuto da criança como sujeito de direitos (Miguel, 2021).

Ao atacar a escola e as universidades, se ataca o lugar onde pode ocorrer os debates e o incentivo ao pensamento crítico e reflexão autônoma dos sujeitos. O mito da "ideologia de

gênero" serve para naturalizar uma estrutura social heteronormativa autoritária, para se naturalizar violências e para a radicalização de ideias, ou seja, serve para a polarização social, para a divisão.

Dessa forma, para conseguirmos estabelecer valores democráticos baseados em uma cidadania plena que reconheça o espaço de todos, a diversidade e pluralidade dos povos, precisamos lutar pela igualdade de direitos e a escola é o lugar por excelência para a formação de cidadãos críticos e ativos, sujeitos de sua história. Não é por acaso que o retrocesso democrático que estamos vivenciando passe pela negação de direitos de alguns para a manutenção de privilégios de outros. Entretanto, podemos considerar que tivemos avanços, mesmo que pequenos, quando percebemos o abalo nos consensos até então estabelecidos. É possível ainda sonhar por uma sociedade mais justa e a bibliografia consultada nos indica isso.

Referências bibliográficas

ALBRIGHT, M. Fascismo: um alerta. São Paulo: Planeta, 2018.

BIROLI, F. Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina / Flávia Biroli, Juan Marco Vaggione, Maria das Dores Campos Machado. São Paulo: Boitempo, 2020.

FARAH, M. F. S. "Gênero e políticas públicas". Florianópolis: Estudos Feministas, 12(1), pp. 47-71, jan./abr. de 2004.

hooks, b. O feminismo é para todo mundo – políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. Como as democra-

cias morrem. Rio de janeiro: Zahar, 2018.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação – uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2014.
MIGUEL, L. F. O colapso da democracia no Brasil – da Constituição ao Golpe de 2016. Editora Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, L. F. "Da 'doutrinação marxixta' à 'ideologia de gênero' – Escola sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. Revista Direito e Práxis, v. 7, núm. 15, 2016, pp. 590-621.

MIGUEL, L. F. "O mito da "ideologia de gênero" no discurso da extrema direita brasileira. Cadernos Pagu, (62), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2021.

MISKOLCI, R; CAMPANA, M. "'Ideologia de gênero': notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo". Revista Sociedade e Estado, vol. 32, Número 3, set./dez. 2017.
MISKOLCI, R; PEREIRA, P. P. G. "Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil". Cadernos Pagu, (53), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2018.
MISKOLCI, R. "Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à 'ideologia de gênero'". Cadernos Pagu, (53), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2018.
MOUNK, Y. O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
REIS, T.; EGGERT, E. "Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os Planos de Educação Brasileiros". Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan./mar., 2017.
SCHIBELINSKI, D. "Isso é coisa do capeta! O papel da 'ideologia de gênero' no atual projeto político de poder". Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 14, n. 28, p. 15-38, jan./abr. 2020.
SINGER, A. "A reativação da direita no Brasil". Campinas: Opinião Pública, vol. 27, n. 03, set./dez., pp. 705-729, 2021.
STANLEY, J. Como funciona o fascismo: a política do "nós" e "eles". Porto Alegre: L&PM, 2020.
VAZQUEZ, A. C. B. "Fascismo e o Conto da Aia: a misoginia como política de Estado". Revista Katálysis. Espaço Tema Livre. Volume 22, número 3, 2019.

VIANNA, D.; BORTOLINI, A. "Discurso anti gênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 46, 2020.
VIEIRA, P.R., GARCIA, L.P., MACIEL, E.L.N. "Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela". Artigo especial. Revista Brasileira de Epidemiologia, vol. 23, 2020.